ESTADO DO PARÁ
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
GABINETE DO VEREADOR FULANO DA SILVA

REQUERIMENTO Nº 183/2025

REQUER AO PRESIDENTE DA MESA DIRETORA QUE OFICIE AO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL INFORMAÇÕES SOBRE AS AÇÕES DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA (REURB) EM PARAUAPEBAS, BEM COMO O PLANO DE EXPANSÃO PARA BAIRROS AINDA NÃO CONTEMPLADOS E A PREVISÃO DE INCLUSÃO EM FUTUROS PROGRAMAS.

Requeiro ao Presidente da Mesa Diretora, nos termos do artigo 202 do Regimento Interno, que seja enviado ofício ao Poder Executivo Municipal informações sobre as ações de regularização fundiária urbana (REURB) em Parauapebas, bem como o plano de expansão para bairros ainda não contemplados e a previsão de inclusão em futuros programas.

Parauapebas, 03 de setembro de 2025.

ALEX PAMPLONA OHANA:68964358287

Assinado de forma digital por ALEX PAMPLONA OHANA:68964358287
Dados: 2025.09.03 14:07:20 -03'00'

ALEX P. OHANA
VEREADOR – PDT

JUSTIFICATIVA

A Regularização Fundiária Urbana (REURB) é instrumento essencial para assegurar o direito social à moradia, previsto no artigo 6º da Constituição Federal, regulamentado pelo Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001) e fortalecido pela Lei Federal nº 13.465/2017. Esta última inovou ao estabelecer mecanismos jurídicos, urbanísticos, ambientais e sociais para integrar núcleos urbanos informais ao ordenamento territorial, garantindo segurança jurídica, inclusão social e arrecadação tributária.

Em Parauapebas, a questão fundiária é crítica: o crescimento urbano desordenado, impulsionado pelo ciclo da mineração, gerou dezenas de núcleos informais, deixando milhares de famílias em insegurança jurídica. Para enfrentar essa realidade, a Prefeitura instituiu a Lei Municipal nº 5.158/2022 (Titula Parauapebas), regulamentada pelos Decretos nº 1.066 e nº 1.249/2023, que aplicam a legislação federal ao contexto local.

Nos últimos anos, alguns avanços foram conquistados, principalmente com apoio do Programa de Saneamento Ambiental, Macrodrenagem e Recuperação de Igarapés – PROSAP, financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Destacam-se:

- NUI Liberdade: projeto-piloto iniciado em 2019, com 1.947 imóveis regularizados, sendo 1.181 transferidos a beneficiários e 766 ainda em nome do Município;
- NUI Igarapé Ilha do Coco: área de 246 imóveis, distribuídos em seis bairros, com maioria das famílias de baixa renda (77% recebendo até três salários mínimos);
- NUI Vale do Sol: núcleo de reassentamento do PROSAP, com 692 lotes, onde 68,4% das famílias estão em situação de baixa renda, classificado como REURB-S;
- REURB Tropical: em andamento, com meta de 5.000 imóveis regularizados;

- Vale do Sol (2025): entrega inédita de 482 títulos com averbação das edificações, primeira REURB de edificações do Pará;
- Áreas periurbanas (chácaras): incorporadas à política de regularização desde 2023;
- Casas Populares I e II: previstas para regularização com recursos de aproximadamente R$ 3,54 milhões do PAC.

Segundo a Corregedoria de Justiça e dados apresentados pelo oficial substituto do 1º Ofício de Registro de Imóveis, Thúlio Bessa, Parauapebas já alcançou a marca de mais de 5.900 imóveis regularizados, tornando-se referência nacional e sendo reconhecida pelo Prêmio Solo Seguro (CNJ).

Contudo, permanecem aspectos críticos:

- Dependência quase exclusiva do PROSAP para impulsionar a REURB;
- Morosidade na execução das obras: apenas 30% da macrodrenagem concluída até 2024;
- Ausência de REURB-E, que poderia ampliar a arrecadação municipal e atender outros perfis de ocupação;
- Perda de arrecadação tributária (IPTU, ITBI, ISSQN) decorrente da informalidade;
- Diversos bairros ainda não foram contemplados, mantendo milhares de famílias em insegurança e exclusão;
- Risco de perpetuar a informalidade caso não haja medidas preventivas para impedir novas ocupações irregulares.

É urgente que o Executivo apresente um plano de expansão transparente e abrangente, que inclua os bairros ainda não contemplados, defina cronogramas claros e estabeleça metas anuais, garantindo que a REURB não se restrinja apenas às áreas do PROSAP, mas se torne uma política municipal contínua e inclusiva.

QUESTIONAMENTOS

1) Quais bairros e núcleos urbanos de Parauapebas já foram integralmente contemplados pela REURB, com número de famílias beneficiadas, títulos entregues e imóveis registrados em cartório?

2) Além das áreas vinculadas ao PROSAP, quais bairros e comunidades estão previstos para serem contemplados em 2025 e nos anos subsequentes?

3) Qual o cronograma oficial de execução da REURB por bairro, indicando etapas (cadastro, projeto urbanístico, aprovação, titulação, registro e averbação) e prazos estimados de conclusão?

4) Quantos títulos de propriedade já foram entregues até a presente data, discriminados por bairro, e qual a meta estabelecida para o exercício de 2025?

5) Qual o montante de recursos próprios do Município aplicados na política de REURB desde 2023, e quais valores estão previstos no orçamento para os próximos anos?

6) Quais convênios ou financiamentos federais e estaduais estão em vigor para apoiar a REURB em Parauapebas (ex.: BID, PAC, Minha Casa Minha Vida)?

7) Qual o custo médio por título entregue, considerando despesas técnicas, sociais, urbanísticas e cartoriais?

8) Há planejamento para implementação de REURB-E em Parauapebas? Se sim, quais áreas seriam contempladas?

9) Quais medidas o Município tem adotado para reduzir entraves burocráticos, modernizar fluxos cartoriais e garantir maior celeridade à REURB?

10) Como o Município está tratando a regularização de áreas ambientalmente sensíveis (APPs, margens de igarapés), incluindo reassentamentos, compensações socioambientais e infraestrutura pública?

11) Quais bairros de Parauapebas permanecem sem qualquer processo de REURB e qual a justificativa para a ausência de ações nessas localidades?

12) Há previsão oficial de inclusão desses bairros em futuros programas de regularização? Se sim, qual o cronograma, os recursos previstos e o número estimado de famílias beneficiadas?

13) Existe previsão de publicação periódica de relatórios públicos e painéis digitais que apresentem dados da REURB por bairro, etapa e beneficiários, garantindo transparência e controle social?

14) Quais ações preventivas estão sendo implementadas para evitar a formação de novos núcleos irregulares e garantir que o Município não perpetue o ciclo da informalidade?

Pelas razões expostas, apresento este requerimento aos colegas vereadores e às colegas vereadoras, em que solicito ao Gabinete do Prefeito Municipal de Parauapebas o envio das informações acima elencadas.

Tais dados são essenciais para que este Parlamento exerça plenamente o seu papel fiscalizador, acompanhe com responsabilidade a efetividade da política de regularização fundiária e assegure que o direito à moradia digna seja efetivamente assegurado à população de Parauapebas.

Parauapebas, 03 de setembro de 2025.

ALEX PAMPLONA OHANA:68964358287

Assinado de forma digital por ALEX PAMPLONA OHANA:68964358287
Dados: 2025.09.03 14:13:19 -03'00'

ALEX P. OHANA
VEREADOR – PDT